

# Protestos Contra o Governo Dilma e a Corrupção no Brasil: o “Efeito Diploma”

*Protests against Dilma and corruption in Brazil: the “diploma effect”*

Marcelo Justus<sup>1</sup>, Gustavo O. Aggio<sup>1</sup>

---

## Resumo

Construímos uma taxa de manifestação popular contra o governo Dilma Rousseff e a corrupção na esfera federal, ocorridas no Brasil entre 15 de março de 2015 e 18 de março de 2016. Encontramos uma correlação forte entre as estimativas do total de manifestantes divulgadas pela Polícia Militar e pelos organizadores das manifestações. Partindo da conjectura de que as denúncias de corrupção e a crise econômica afetaram toda a sociedade brasileira, buscamos uma resposta para a pergunta: qual é o papel da educação de nível superior na dimensão das manifestações? Além de outras relações estatísticas úteis para um debate pautado em evidências, como o papel da desigualdade de renda, identificamos uma forte relação positiva entre o percentual de pessoas com 25 anos ou mais de idade com diploma de ensino superior na população e taxa de manifestação popular.

*Palavras-chave:* protesto popular, manifestação popular, governo Dilma, corrupção

*JEL:* I23, P16, Z13, D74

**Área 12** – Economia Social e Demografia Econômica.

## Abstract

We produced a rate of public demonstrations against the Dilma administration and federal corruption that took place in Brazil from March 15, 2015 to March 18, 2016. We found a strong correlation between the total number of demonstrators estimated by the military police and by the demonstrations’ organizers. Assuming that the corruption allegations and economic crisis have affected the entire Brazilian society, we sought to answer the following question: what is the role of higher education in the scale of demonstrations? Apart from other useful statistical relationships for an evidence-based discussion, such as the role of income in inequality, we identified a strong positive correlation relationship between the percentage of higher education graduates in the population aged 25 or older and the public demonstration rate.

*Keywords:* public protest, public demonstration, Dilma administration, corruption

---

## 1. Introdução

Do ponto de vista político o início do governo Dilma Rousseff herda parte da popularidade do ex-presidente Lula e mantém as principais alianças partidárias que sustentaram a governabilidade dos governos do PT no chamado presidencialismo de coalizão brasileiro. Dois fenômenos alteraram, porém, o clima favorável de governança do governo Dilma através de um revés na aparente aprovação popular. O primeiro foi o

---

\*Corresponding author.

*Email addresses:* mjustus@unicamp.br (Marcelo Justus), aggio@unicamp.br (Gustavo O. Aggio)

<sup>1</sup>Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR) do IE-Unicamp.

ciclo de manifestações de junho de 2013 com grande divulgação na mídia, gerando, inclusive, uma série de anúncios de medidas pelo governo federal para melhoria dos serviços públicos, como, por exemplo, o lançamento do Programa Mais Médicos. O segundo, no início de 2014, foi o surgimento na mídia de notícias sobre a operação Lava-Jato da Polícia Federal que identificou vários indícios de corrupção na administração pública federal, em membros importantes de partidos políticos e nas empresas estatais, principalmente na Petrobras, empresa que protagonizou um enorme processo de investimentos nos anos recentes.

O instituto da colaboração do investigado (delação premiada) dos primeiros envolvidos presos na operação Lava Jato permitiu à força tarefa ampliar o escopo das investigações chegando a políticos e empresários famosos. As denúncias e a publicidade dos fatos não impediram a reeleição da presidente Dilma – que não foi implicada pessoalmente em nenhum dos casos até o presente momento – mas levaram à grande insatisfação pública principalmente a partir de 2015.

Pelo lado econômico as variáveis macroeconômicas sofreram gradual deterioração nos anos recentes. De um lado, a inflação passou para um patamar de 6% ou mais em meados de 2012, ultrapassou o teto da meta de inflação de 6,5% e ultrapassou 10% no acumulado de 12 meses em 2015. Do outro lado, a atividade econômica entrou em forte processo recessivo no começo de 2014. Consequentemente, a taxa de desocupação aumentou significativamente em 2015. Em suma, ficou evidente que havia um desequilíbrio nas relações produto-emprego-inflação.

Em 2015, confirmando a promessa de campanha, a presidente Dilma trocou o ministro da fazenda de orientação keynesiana por um ministro com outro perfil para reequilibrar as contas públicas e promover o ajuste dos preços administrados. Esses preços estavam defasados em relação aos demais preços da economia uma vez que foram utilizados para tentar impedir a intensificação do processo inflacionário, gerando distorção de preços relativos. Embora houvesse uma demanda por parte significativa do público especializado por medidas de ajuste, o efeito contracionista implicou perda de apoio popular da presidente, inclusive frente ao seu próprio eleitorado.

Nesse cenário, ocorreram inúmeros manifestos populares contra o governo Dilma e contra a corrupção. Na medida em que as estimativas do número de manifestantes feitas pela Polícia Militar (PM) e pelos organizadores dos atos foram sendo divulgadas amplamente na mídia, uma importante questão apareceu: qual das duas medidas é a “melhor”. Indicustivelmente, essa questão é relevante, porém, não é fundamental para a compreensão do fenômeno. Encontramos neste artigo que a correlação entre as duas medidas é forte. A questão que consideramos relevante é: o que explica, além do tamanho da população, a diferença no número de manifestantes entre as cidades? Buscamos uma resposta para essa questão. O objetivo principal é identificar o papel da educação de nível superior no tamanho das manifestações ocorridas por todo o país.

Os movimentos sociais contra o governo Dilma são um reflexo da grande polarização que se observou entre os eleitores de Dilma e os eleitores do candidato Aécio Neves nas manifestações e eventos públicos e virtuais principalmente, mas não apenas, no segundo turno das eleições presidenciais de 2014. Logo, faz-se necessário observar que o ciclo de protestos – seguindo a definição de Alonso (2016) – de junho de 2013 levou às ruas um contingente de manifestantes atípico neste tipo de evento. Inicialmente uma onda de protestos contra o aumento do custo do transporte público, logo as manifestações adquiriram um largo espectro de reivindicações e de indignação nesse ciclo de manifestações, que impossibilitou a identificação de um ou mais movimentos sociais organizados. Nesse cenário, o tema da corrupção, dos elevados gastos com os eventos internacionais (Copa do Mundo e Olimpíadas) e da baixa qualidade dos

serviços públicos se puseram, principalmente, como reivindicação frente ao governo federal. Assim, nas manifestações de junho de 2013 foram para as ruas manifestantes com perfil próximo dos grupos que iriam se formar para fazer oposição popular ao governo Dilma em 2014-2015<sup>2</sup>.

Na manifestação do dia 13 de março de 2016 – a maior manifestação popular da história brasileira – segundo o Instituto de Pesquisas DataFolha, entre as 500 mil pessoas na famosa Avenida Paulista, na Cidade de São Paulo, os manifestantes mais escolarizados, com ensino superior, eram 77%, e os demais tinham escolaridade média (18%) ou fundamental (4%)<sup>3</sup>. Estimativas que reforçam a hipótese de que um elevado número de portadores de diploma de ensino superior estiveram nas manifestações contra o governo Dilma e corrupção. Singer (2013) já havia sugerido que na difusão das manifestações de junho de 2013 havia muitos diplomados do ensino superior. A nossa conjectura é a de que nesse grupo a maioria das pessoas adotou a postura contra-Dilma após a polarização de 2014-2015. Logo, a nossa hipótese é a de que há uma relação positiva entre a difusão do ensino superior e o tamanho das manifestações ocorridas.

O restante deste artigo tem a seguinte estrutura. Na Seção 2 apresentamos a metodologia e os resultados empíricos. As considerações finais estão na Seção 3.

## 2. Modelagem Empírica

### 2.1. Taxa de manifestação popular

Utilizamos as estimativas, elaboradas pela PM e pelos organizadores, do total de pessoas que participaram das manifestações ocorridas em 278 municípios brasileiros. Os dados foram extraídos do g1.com<sup>4</sup>.

Calculamos a média do total de pessoas em cada município onde ocorreu pelo menos uma manifestação popular entre 15 de março de 2015 e 18 de março de 2016 (ocorreram de 1 a 6 eventos em 12 meses). Assim, reduzimos eventuais vieses nas estimativas.

O próximo passo foi calcular a média das diferenças percentuais entre as estimativas das duas fontes para cada um dos municípios aplicando

$$\frac{1}{m} \sum_{j=1}^m \left( \frac{O_j - P_j}{P_j} \right)$$

em que  $m$  é o número de eventos.  $O_j$  e  $P_j$  são as estimativas do total de manifestantes na manifestação  $j$  segundo os organizadores e a polícia, respectivamente. Uma evidência interessante é a de que formato da distribuição da média das diferenças percentuais entre as estimativas das duas fontes segue uma distribuição semelhante a log-normal. Logo, como mostra a Fig. 1, a estimativa da função de densidade da distribuição do logaritmo dessa variável se aproxima da distribuição normal.

Em seguida construímos uma taxa para medir a participação por mil habitantes nas manifestações contra o governo Dilma considerando o tamanho da população dos 278 municípios. A taxa de manifestação popular por mil habitantes foi calculada com os dados de ambas as fontes, isto é, da Polícia Militar (TMP-PM) e dos organizadores (TMP-Org). Os dados da população são do Censo Demográfico de 2010.

<sup>2</sup>Certamente que nas eleições de 2014 havia a estrutura dos partidos políticos da principal candidatura de oposição estimulando o público crítico ao governo Dilma, assim como após as eleições houve a forte presença do Movimento Brasil Livre e o iconoclástico “Pato da Fiesp” coexistindo com a participação mais voluntária do público nos atos contra o governo Dilma.

<sup>3</sup>A pesquisa está disponível em: [http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao\\\_13\\\_03\\\_2016.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/03/14/manifestacao\_13\_03\_2016.pdf).

<sup>4</sup>Os dados foram extraídos de <http://especiais.g1.globo.com/politica/mapa-manifestacoes-no-brasil/16-12-2015/>

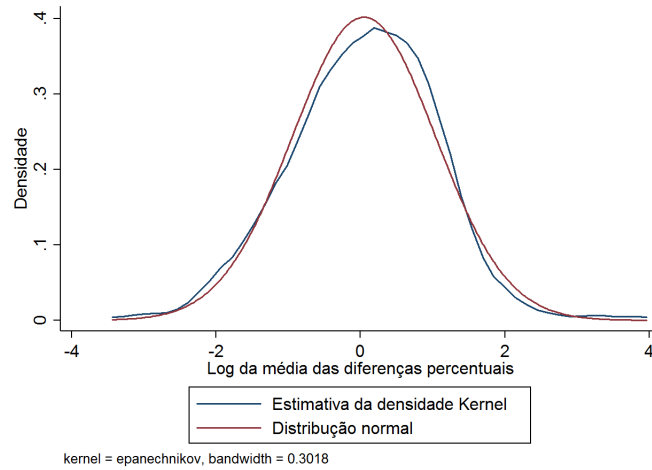


Figura 1: Estimativa da função de densidade da distribuição do logaritmo da média das diferenças percentuais entre as estimativas do total de manifestantes segundo os organizadores e a Polícia Militar

## 2.2. Taxa de manifestação popular e votação do impeachment no Congresso Nacional

A Tabela 1 mostra, em ordem decrescente, a TMP-PM e TMP-Org por regiões brasileiras. Na região Sul, a taxa é de 26,4 pessoas por mil habitantes com a estimativa da polícia, e de aproximadamente 39 com a estimativa dos organizadores. Logo, nessa região a TMP-Org é cerca de 1,5 vezes a TMP-PM. Nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Nordeste a razão entre as duas medidas é quase igual, algo em torno de 1,7. A razão entre elas é apenas um pouco maior na região Norte.

Tabela 1: TMP-PM e TMP-Org, razão entre as duas medidas e percentual de votos dos deputados favoráveis a continuidade do processo impeachment da Dilma no Congresso Nacional, por região

Região	TMP-PM (a)	TMP-Org (b)	(b)/(a)	% de Votos
Sul	26,40	39,06	1,48	80,52
Centro-Oeste	13,21	21,91	1,66	82,92
Sudeste	10,55	18,30	1,73	78,21
Norte	8,62	15,77	1,83	70,76
Nordeste	6,82	11,32	1,66	56,29
Total	13,79	22,36	1,62	72,82

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 17 de abril de 2016, com 367 votos a continuidade no processo de impeachment da Dilma no Congresso Nacional. Comparamos os percentuais de votos favoráveis ao encaminhamento do processo para o Senado Federal com as taxas que estão na 1. Curiosamente, observa-se que a votação seguiu quase a mesma classificação segundo a TMP-PM ou TMP-Org. A correlação entre o percentual de votos e a TMP-PM, por exemplo, é moderada – em torno de 0,6.

## 2.3. Resultados empíricos

Utilizamos os 278 pares de observações referentes às medidas calculadas a partir das estimativas feitas pelas duas fontes para estimar a correlação entre elas. Surpreendentemente, encontramos uma forte correlação entre a TMP-PM e a TMP-Org – em torno de 0,83. A Fig 2 deixa evidente a forte correlação entre as estimativas das duas fontes. Diante dessa evidência, escolha da medida não é relevante para analisar a variabilidade

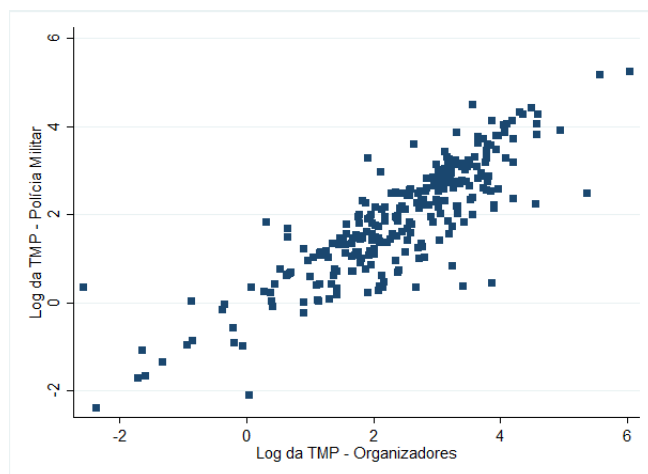


Figura 2: Correlação entre a TMP-PM e TMP-Org (em log)

entre os municípios. Optamos pela TMP-PM (em logaritmo) para ser a variável dependente do modelo clássico de regressão linear que especificamos, estimamos e analisamos a seguir.

Na Tabela 2 estão as estimativas de MQO dos coeficientes, os erros padrão e os testes de hipóteses sobre os resíduos de três especificações. Na coluna (1) colocamos os resultados do nosso modelo *benchmark*. A Fig. 3 mostra estimativa da função de densidade da distribuição dos resíduos de modelo. A única diferença nas outras duas especificações é a substituição da medida de desigualdade de renda por outras similares para checar a estabilidade dos resultados encontrados, especialmente para a variável de interesse neste artigo: a educação superior.

A especificação do nosso modelo empírico contém algumas das variáveis sociais, econômicas e políticas recorrentemente apontadas como influentes na dimensão das manifestações populares ocorridas. Não obstante a simplicidade do modelo e método de estimação, os nossos resultados são estatisticamente robustos. Primeiro, porque não há regressores potencialmente endógenos. Segundo, como se vê no final da tabela, os erros são homocedásticos e têm uma distribuição normal.

A difusão da educação de nível superior é medida pelo logaritmo do percentual de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior completo (*diploma*). A nossa expectativa, fundamentada especialmente na constatação das pesquisas DataFolha, era a de que a relação entre essa variável e a TMP-PM fosse positiva. Encontramos fortes evidências estatísticas que sustentam a hipótese enunciada na Seção 1.

Os resultados revelam que a difusão da educação de nível superior teve um papel importante na dimensão das manifestações ocorridas no período que compõem a amostra. Pelo menos parte da diferença na TMP-PM entre os municípios foi resultado da diferença da difusão do ensino superior entre os municípios. Em outras palavras, quanto mais pessoas na população de 25 anos ou mais tinham diploma de ensino superior, mais pessoas por mil habitantes foram às ruas manifestar sua posição contra o governo Dilma e contra a corrupção. Estimamos uma elasticidade de 1,6% na TMP-PM em resposta a uma variação de 1% na educação superior.

Além da educação superior, controlamos possíveis efeitos das cinco grandes regiões brasileiras por meio de quatro variáveis binárias. Controlamos também pelo tamanho do eleitorado do governo utilizando a porcentagem de votos válidos recebidos pela Dilma no segundo turno das eleições de 2014 (*votos2014*), com os dados obtidos no

Tribunal Superior Eleitoral<sup>5</sup>. A elevada elasticidade positiva encontrada – em torno de 0,8 – sustenta a conjectura de que uma grande parte do eleitorado da Dilma lhe foi fiel.

Tabela 2: Resultados dos modelos estimados

Variável dependente: $\log(\text{TMP-PM})$			
Variável	(1)	(2)	(3)
<b>aliados</b>	0,425** (0,1833)	0,437** (0,1836)	0,427** (0,1830)
$\log(\text{votos2014})$	-0,791*** (0,2484)	-0,800*** (0,2481)	-0,807*** (0,2476)
$\log(\text{rdpc})$	-1,796** (0,8521)	-1,930** (0,8903)	-1,781** (0,8148)
$\log(\text{pobreza})$	-0,995** (0,4431)	-1,068** (0,4662)	-1,012** (0,4271)
$\log(\text{pbf})$	-0,241 (0,2013)	-0,238 (0,2012)	-0,237 (0,2009)
$\log(\text{diploma})$	1,590*** (0,3747)	1,596*** (0,3742)	1,533*** (0,3774)
$\log(\text{r1040})$	1,290** (0,5742)		
$\log(\text{theil})$		1,788** (0,7896)	
$\log(\text{gini})$			3,790** (1,5495)
Número de observações	278	278	278
Coeficiente de determinação	0,44	0,44	0,44
Fator de inflação de variância	6,83	7,21	6,43
Teste de heterocedasticidade ( $p$ -valor)	0,2481	0,1812	0,1981
Teste de normalidade ( $p$ -valor)	0,2223	0,2226	0,2814

Notas: Erros padrão entre parênteses.

A constante e as quatro binárias de região foram suprimidas.

\*\*\*  $p < 0,01$ , \*\*  $p < 0,05$ , \*  $p < 0,10$ .

Ainda com relação a sua força política, utilizamos uma variável binária para controlar possíveis influências dos governadores dos estados onde as manifestações ocorreram. A variável rotulada **aliados** assumiu valor 1 se o governador eleito em 2014 era, na época, do PT ou de partidos coligados e valor 0 em caso contrário<sup>6</sup>

Para controlar pelo apoio da população de baixíssima renda – outra conjectura recorrentemente defendida – utilizamos o valor total repassado pelo Programa Bolsa Família por mil habitantes **pbf**. Esse programa é o mais abrangente e o mais bem sucedido no combate à pobreza realizado no Brasil. Ele causou direta e indiretamente vários outros efeitos positivos no bem-estar social da população brasileira (ver Glewwe and Kassouf, 2012; Chioda et al., 2015, entre outros). Com relação à entrada dessa variável no modelo empírico é preciso destacar dois pontos: i) esse programa possui uma larga abrangência, a maior parte das famílias elegíveis recebem o auxílio, de modo

<sup>5</sup>Dados extraídos do site [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br).

<sup>6</sup>Informações extraídas dos sites <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/coligacoes-partidarias/infografico/> e <http://www.eleicoes2012.info/>

que existe uma forte correlação dessa variável com medidas de pobreza; ii) ao contrário do senso comum de que a instituição de programas de transferência de renda garantem um estoque de voto insensível a queda no desempenho econômico e leniente com o fenômeno da corrupção, há evidência empírica de que os programas implementados na América Latina não causaram esse efeito adverso (Pavão, 2016). Os dados do PBF são do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A vitória do *Sim* para a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma na Câmara dos deputados marcou a interrupção (temporária, ao menos) dos governos do PT no executivo federal e do chamado “lulismo”, forma de governar que, segundo (Singer, 2009) representava a classe que esperava “um Estado o suficientemente forte para diminuir a desigualdade, mas sem ameaçar a ordem estabelecida”. De acordo com esse autor, nas eleições de 2006, a massa de votos de eleitores de baixíssima renda se deslocou para o candidato do PT e representa o apoio preponderante para a reeleição do Lula. Supondo que esse apoio se manteve a eleição, reeleição e sustentação da presidente Dilma, por haver reproduzido as políticas focadas nesse grupo de rendimentos mais baixos, controlamos pela i) renda domiciliar per capita, ii) pelo percentual de pessoas em situação de extrema pobreza, pobreza ou vulnerável à pobreza e iii) pela desigualdade de renda medida pela razão entre a renda domiciliar per capita dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres da distribuição. Usamos alternativamente os índices de Theil e Gini para uma análise de sensibilidade. Os dados para essas variáveis e para a educação superior são do último Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, em 2010.

O DataFolha constatou que, na manifestação do dia 13 de março de 2016, entre as 500 mil pessoas na Avenida Paulista, 14% recebiam até 3 salários mínimos por mês, 17%, de 3 a 5 salários, 26%, de 5 a 10 salários, e 37%, mais de 10 salários.

Evidenciamos relações estatisticamente significativas entre a TMP-PM e as variáveis que compuseram a especificação dos modelos empíricos estimados. Apenas a variável de controle para o PBF não foi significativa em nenhuma das três especificações. Contudo, observamos que ela se torna estatisticamente significativa quando a variável que controla a pobreza é excluída da especificação. Conforme dito anteriormente, essas variáveis são correlacionadas, mas optamos por mantê-las juntas porque ambos são controles relevantes e o valor do fator de inflação de variância não é preocupante.

Como dito na Seção 1, a variável de interesse neste estudo é a educação superior, medida aqui pelo percentual de pessoas com 25 anos ou mais com ensino superior. Nossa expectativa, fundamentada especialmente na constatação das pesquisas DataFolha, era a de que a relação entre essa variável e a TMP é positiva. A hipótese de que nesse grupo, a maioria das pessoas, adotou a postura anti-governo Dilma após a polarização de 2014-2015 seguindo a observação de que nas manifestações de junho de 2013 havia elevada participação de portadores de diploma (Singer, 2013). De fato a hipótese se sustenta a partir dos resultados que encontramos nas estimações. Há uma relação positiva estatisticamente significativa à 1% entre a variável de educação superior e o TMP. Em outras palavras, quando mais pessoas na população tinham diploma de ensino superior, mais pessoas por mil habitantes foram às ruas manifestar contra o governo Dilma e a corrupção. Os resultados apontam que para cada 1% a mais no percentual de pessoas de 25 anos ou mais com ensino superior completo, a TMP contra o governo Dilma e corrupção foi aproximadamente 1,6% maior.

Além da educação superior, controlamos possíveis efeitos regionais das cinco grandes regiões brasileiras por meio de quatro variáveis binárias. Controlamos também pelo tamanho do eleitorado do governo (*votos2014*) utilizando a porcentagem de vo-

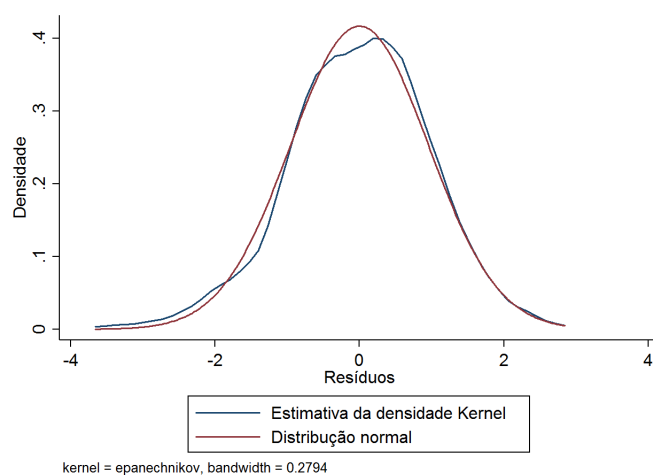


Figura 3: Estimativa da função de densidade da distribuição dos resíduos do modelo *benchmark* (coluna 1)

tos válidos recebidos pela Dilma no segundo turno das eleições de 2014<sup>7</sup>. Ainda para controlar a força política, utilizamos uma variável binária para controlar possíveis influências dos governadores dos estados onde as manifestações ocorreram, com valor 1 se o governador eleito em 2014 era, na época, do PT ou de partidos coligados e valor 0 em caso contrário (*aliados*)<sup>8</sup>. Os resultados apontam que para cada 1% a mais nos pontos percentuais de votos recebidos pela Dilma, a TMP foi em torno de 0,8% menor. Parece que boa parte do seu eleitorado lhe foi fiel.

O Instituto de Pesquisas DataFolha constatou que, na manifestação do dia 13 de março de 2016, entre as 500 mil pessoas na Avenida Paulista, 14% disseram obter um ganho de até 3 salários mínimos por mês, 17%, de 3 a 5 salários, 26%, de 5 a 10 salários, e 37%, mais de 10 salários.

### 3. Considerações Finais

Encontramos uma correlação elevadíssima entre as estimativas do número de manifestantes nas ruas feitas pela polícia e pelos organizadores. Encontramos ainda uma correlação não desprezível entre o percentual de votos favoráveis ao processo de impeachment da presidente Dilma e a TMP, independente da fonte utilizada na medida construída. Encontramos também que, na média, a estimativa feita pela os organizadores é 62% maior do que a estimativa oficial da polícia.

Os nossos resultados sustentam que há uma relação positiva entre a variável de educação superior e a dimensão das manifestações populares contra o governo Dilma e contra a corrupção. Estimamos uma elasticidade manifestação-educação de 1,6. Essa evidência sugere que a elasticidade da educação superior com relação à indignação manifestada em atos públicos contra o governo Dilma e com a corrupção na esfera federal é elevada, tendo, muito provavelmente, suas raízes no entusiástico junho de 2013, quando um perfil pouco comum nesses eventos assumiu o protagonismo nas manifestações.

Os esforços futuros devem focar nas relações econômicas, sociais e históricas que levam a população portadora de ensino superior a ser mais disposta a manifestar contra

<sup>7</sup>Dados extraídos do site [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br).

<sup>8</sup>Informações extraídas dos sites <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/coligacoes-partidarias/infografico/> e <http://www.eleicoes2012.info/>



governantes e a corrupção. Acreditamos que demos um primeiro passo nesse sentido, porém, a base de dados não permitiu avançar na identificação de relações causais. Nossa maior limitação foi a impossibilidade de controlar efeitos não-observáveis relevantes na determinação da dimensão das manifestações. Para isso teríamos que dispor de painel de municípios, o que é impossível de ser construído porque não há variabilidade temporal nos regressores. Vale dizer ainda que, por um lado, a não contiguidade da maioria dos municípios da amostra não permitem controlar uma possível fonte de autocorrelação e/ou heterogeneidade espacial, mas por outro lado, isso reduz substancialmente esse tipo de problema.

Entretanto, ainda há questões que podem ser tratadas em estudos futuros, como, por exemplo, controlar pelo tamanho da população dos municípios vizinhos assumindo que munícipes de outras localidades se deslocaram para participarem das manifestações nas grandes cidades. Não obstante aos pontos fracos apontados acima, acreditamos que resultados que apresentamos neste artigo são úteis as discussões sobre as recentes manifestações populares ocorridas no Brasil contra o governo Dilma e contra a corrupção em evidências empíricas pautadas em evidências empíricas.

## Agracedimentos

Os autores agradecem a valiosa contribuição dos alunos de iniciação científica (bolsistas CNPq) Kenny Stefani e Victor C. Chotolli pela coleta e organização dos dados, e ao mestrando Temidayo James k. Aransiola (bolsista Fapesp) pela assistência na pesquisa.

## Referências

- Alonso, A. and A. Mische (2016). Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian protests. *Bulletin of Latin American Research* 2016, 1–16.
- Chioda, L., J. M. P. De Mello, and R. R. Soares (2015). Spillovers from conditional cash transfer programs: Bolsa Família and crime in urban Brazil. *Economics of Education Review*, 1–15.
- Glewwe, P. and A. L. Kassouf (2012). The impact of the Bolsa Escola/Família conditional cash transfer program on enrollment, dropout rates and grade promotion in Brazil. *Journal of Development Economics* 97(2), 505–517.
- Pavão N. (2016). Conditional cash transfer programs and electoral accountability: Evidence from Latin America. *Latin American Politics and Society* 58(2), 74–99.
- Singer, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos* 85, 83–102.
- Singer, A. (2013). Classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos* 97, 23 – 40.